

Dinheiro: a mercadoria onipresente / *Money: the omnipresent good*

SIMONE SOBRAL SAMPAIO*

Resumo: Este texto tem por objeto a analítica do dinheiro, entendido a partir da análise marxiana da mercadoria, apresentando seu desenvolvimento no arranjo da processualidade do sistema capitalista. O dinheiro não é uma invenção capitalista, está presente em diferentes formações econômicas. A novidade no capitalismo, em relação ao dinheiro, é o poder que encarna como próprio capital e a propriedade de acobertar as relações sociais que o produziram. A fetichização do dinheiro, por meio da produção e reprodução na forma capital, é um fenômeno moderno que cada vez mais apresenta uma maior complexidade, conformando-se como vetor de controle capitalista.

Palavras-chave: Capitalismo. Dinheiro. Controle.

Abstract: The aim of this article is the analytics of money, here understood from the perspective of the Marxian analysis of trading goods, and to present its development in the shaping of the capitalist system. Money is not an invention of capitalism, it can be found in different economic backgrounds. The capitalistic novelty in relation to money is the power that is embodied in the capital itself and the faculty to conceal the social relations that have produced it. Through the production and reproduction in its capital shape, money fetishism is a modern phenomena that conveys ever greater complexity and conforming as vector of the capitalistic control.

Key words: Capitalism, Money, Control.

O dinheiro não é uma invenção capitalista, está presente em diferentes formações econômicas. A novidade no capitalismo, em

* Assistente social, doutora em Serviço Social pela UFRJ, docente no Departamento de Serviço Social da UFSC. E-mail: simonesobral@yahoo.com.br

relação ao dinheiro, é o poder que encarna como próprio capital e a propriedade de acobertar as relações sociais que o produziram. A fetichização do dinheiro, por meio da produção e reprodução na forma capital, é um fenômeno moderno, que cada vez mais apresenta uma maior complexidade, conformando-se como vetor de controle capitalista.

A leveza do dinheiro camufla (para usar uma expressão de guerra) o peso das coisas materiais. Indivíduos no seu processo de **socialização** artificial submetem-se a esse símbolo de caráter social, que encarna o trabalho abstrato sem vincular-se ao momento da produção. O representante da riqueza de indivíduos (em menor quantidade), povos e regiões, também representa o seu inverso, a pobreza. No difícil jogo do mercado – que estabelece regras diferentes para os seus integrantes – cada um é o que possui: uma espécie de sortilégio que transforma o cidadão em consumidor, ou melhor, bons consumidores em cidadãos. Quem define a inclusão ou exclusão é o mercado, de modo a ser, determinantemente, mais taxativo e peremptório. E é justamente do caráter contraditório das relações de exploração capitalista, presentes de forma ocultada na mercadoria, que partiremos para analisar o dinheiro.

A analítica sobre o Dinheiro

O valor das mercadorias é determinado pelo valor médio do tempo de trabalho realizado. Partindo dessa realidade, Marx ressalta a diferença substancial, e não apenas nominal, entre valor e preço¹ de todas as mercadorias – mesmo na forma específica do trabalho – e refuta toda proposta ou teorização que queira estabelecer a sua equiparação. O valor de uma mercadoria, então, é a média de “tempo de trabalho requerido para sua produção”

¹ Marx apontou e analisou essa diferença em seu livro “Miséria da Filosofia” - uma resposta a Proudhon - no qual critica a ilusão dos bonos-horários de tentar superar nominalmente a diferença e contradição entre valor de troca e preço. Esta polêmica não será analisada aqui.

e o preço é “o valor de troca expresso em dinheiro”. Diz Marx (1989, p. 62), “o preço se distingue portanto do valor não só como o que é nominal se distingue do real”, mas principalmente porque “o segundo se apresenta como a lei dos movimentos recorridos pelo primeiro”.

Sobre o preço recai também o valor de mercado das mercadorias, cujo valor real oscila através da especulação comercial, que pode reduzir ou elevar esse valor. O custo da produção é, em última instância, quem determina as oscilações do mercado (demanda e oferta). Nesse sentido, o mercado – o *locus* da esfera da circulação – não tem sua órbita unicamente centrada em si mesmo; sua relativa autonomia deve-se à submissão às leis do modo de produção capitalista. Em analogia, pode-se dizer que, assim como o planeta Terra, o mercado possui dois movimentos: o de rotação (na regulação dos preços, criação e suprimento de necessidades...) e o de translação (que obedece e é impulsionado por uma força superior, um sol, que nesse caso seria a formação econômica a que pertence). Essa analítica põe a nu o mito do poder da mão invisível do mercado, tese competentemente defendida por Adam Smith.

O valor da mercadoria, determinado pela quantidade de trabalho necessário para a sua produção, ou melhor, “igual objetivação de um determinado tempo de trabalho”, é diferente de suas qualidades particulares. É porque tem “utilidade” que uma mercadoria entra na circulação, podendo ser comprada e vendida. E, segundo Marx (1986, p. 62), “enquanto valores todas as mercadorias são qualitativamente iguais e só quantitativamente diferentes”, esta análise permite entender o valor como sua *qualidade* econômica, sua *relação* social.

Para serem trocadas por outras mercadorias, seria necessário que perdessem suas próprias qualidades, tornando-se elas mesmas equivalentes. Não é o que ocorre na troca real, na

qual há uma separação entre a sua característica enquanto valor e o que determinado produto possui de diferente no sistema de necessidades em que está inserido. Atenta-se então para esse duplo aspecto de universal e de particular quando – sempre segundo Marx (1989, p. 66) – “como valor ela é universal, como mercadoria real é uma particularidade”, ou ainda, “como valor é sempre intercambiável, na troca real só o é quando satisfaz certas condições particulares”. A qualidade natural da mercadoria assume existência distinta na forma dinheiro.

O dinheiro é o equivalente geral que estabelece uma relação de similitude e comparação entre todas as mercadorias apesar de suas peculiaridades. Um signo de valor que transforma todas as mercadorias para além de suas qualidades inerentes.

O dinheiro representa uma relação social e como símbolo social necessita de reconhecimento geral; é o signo material do valor de troca, sendo o produto da troca mesma e não obra de uma idéia *a priori*. Possui suas próprias determinações, atuando como meio de troca, na medição das grandezas das mercadorias e equivalente geral. O dinheiro é o “valor de troca objetivado e separado das mercadorias” (MARX, 1989, p. 71). O dinheiro é também uma mercadoria, mas não se iguala às outras. Como equivalente universal, é elemento comum à mercadoria e, simultaneamente, inerente e externo a ela. E, enquanto mercadoria particular, é convertível, submete-se às condições de troca, podendo valorizar-se ou desvalorizar-se no mercado.

Marx salienta que, quanto mais complexo o desenvolvimento do modo de produção capitalista, a divisão social do trabalho, a expansão do mercado como lugar do valor de troca, mais aumentam as contradições das relações do dinheiro, de modo a criar uma profunda autonomização dessas relações, como se as relações de troca não dependessem da produção.

Afirma Marx (1989, p. 72) sobre o poder do dinheiro:

o que originariamente se apresentava como meio para promover a produção, se converte em uma relação estranha aos produtores. Na mesma proporção em que os produtores se convertem em dependentes da troca, esta parece ser independente deles, e parece crescer o abismo entre o produto como tal e o produto como valor de troca. O dinheiro não produz essas antíteses e contradições, senão que o desenvolvimento destas oposições e contradições produz aparentemente o poder transcendental do dinheiro.

Essa alienação do dinheiro e suas contradições, seu poder ao mesmo tempo real e aparente, estão vinculadas à sua relação com a mercadoria. Segundo Marx (1989, p. 77),

é imanente ao dinheiro o fato de alcançar seus fins negando-os ao mesmo tempo, o voltar-se autônomo em relação as mercadorias; o passar de meio a fim; o realizar o valor de troca das mercadorias desvinculando-se delas, o facilitar a troca introduzindo um elemento de cisão, o superar as dificuldades de troca imediato das mercadorias generalizando-as, o converter a troca autonomamente em relação aos produtores na mesma medida em que os produtores se convertem em dependentes da troca.

Pode-se dizer que as duas citações acima guardam elementos de profunda atualidade na análise do fetichismo do dinheiro como medidor generalizado: sua autonomia estende e intensifica o mundo da troca para esferas além do mercado. O interesse privado dos indivíduos e o que possuem em seus cofres, ou melhor, em suas contas bancárias, determinariam seu poder na sociedade. Ou como Marx (1989, p. 85) expressa de forma incisiva: “no valor de troca o vínculo social entre as pessoas se transforma em relação social entre coisas; a capacidade pessoal, em uma capacidade das coisas”.

A própria alienação dos indivíduos no processo de produção capitalista espelha-se na reificação do dinheiro, na qual aqueles passam a depositar nele a sua confiança, isto é, a confiança que

precisavam depositar em si mesmos, como se o dinheiro fosse uma extensão de sua materialidade humana. E os indivíduos terminam por “esquecer” que o nexos social que os liga a outras pessoas é um produto de suas ações, é um processo histórico e não natural como parece ser.

O dinheiro não é somente um instrumento de troca efetivo, representa a riqueza e o seu contrário – a falta, a pobreza, a carência. Marx lembra que, no sistema de troca desenvolvido, produz-se com vistas à comercialização: o que importa é a rentabilidade alcançada por determinado produto no mercado, independente se este pertence ou não ao mundo das necessidades. Daí a racionalidade que matriza os exemplos nacionais de queima de café, derramamento de leite, em que qualquer outra forma de desperdício, como essas, fazem parte da racionalidade do capitalismo, como imperativo da rentabilidade do capital em geral.

A produção fundada universalmente sobre o valor de troca – dentre outras determinações principais – e o dinheiro combinando-se a ela, como meio de circulação e instrumento de produção, explicam essa mimética relação do dinheiro com o seu representante maior, o sistema capitalista, e explicam também a reificação das relações sociais.

O dinheiro tem sua gênese na esfera da circulação, da qual é também produto, mas passa a manter com esta uma *relativa* autonomia, quando sua própria acumulação representa riqueza, tornando-se um fim em si mesmo, contendo de maneira oculta seu caráter de capital. Vale salientar que, na determinação do dinheiro como capital, está subentendido:

- 1) que ele é tanto suposto como resultado da circulação; 2) que sua autonomia é portanto só relação negativa, mas sempre relação com a circulação; 3) que ele mesmo é posto como instrumento de produção, enquanto a circulação não se apresenta mais em

sua primeira simplicidade, como permuta quantitativa, senão como processo de produção, como real troca material. E, assim, o dinheiro mesmo termina por ser determinado como momento particular deste processo de produção; 4) Como capital o dinheiro apresenta-se também posto como relação consigo mesmo mediante a circulação: na relação de juros e capital (MARX, 1989, p. 153).

Dialeticamente, esta última determinação é a unidade das precedentes na qual a substância do dinheiro ainda repousa como valor de troca e esta é a riqueza. Assim, o dinheiro apresenta-se como a forma corpórea da riqueza, fundindo numa fórmula absolutamente atual todas aquelas determinações, tornando-se o dinheiro-capital.

Como elemento produtivo em sua quarta determinação (como capital), o dinheiro move o funcionamento de todas as forças produtivas, materiais e espirituais. Impõe-se de modo arrasador no cerne de todos os interesses essenciais. Termina sendo objetivo do trabalho assalariado, ou como Marx (1989, p. 159) afirma com precisão “o dinheiro como finalidade se converte aqui em meio da laboriosidade universal”. Um meio tirânico que colabora sobremaneira na submissão do trabalhador.

De forma poética, argumenta-se nos *Gründrisse* que o dinheiro é a divindade entre as mercadorias, “de sua figura de servo na que se apresenta como simples meio de circulação, torna-se de improviso soberano e deus no mundo das mercadorias” (MARX, 1989, p. 156). A vinculação entre o indivíduo e o dinheiro é da forma de domínio², não do primeiro sobre o segundo, mas de maneira invertida, como uma ditadura do dinheiro sobre a sociedade em todos os âmbitos da vida (trabalho, prazer, vínculos afetivos...).

² Outro teórico importante, mas distante do materialismo dialético, poderia acrescentar: “Mas é sobretudo o *summum bonum* dessa “ética”: a aquisição de dinheiro e mais dinheiro, com negação rigorosa de todo prazer despreocupado, tão completamente despida de todos os aspectos eudemonísticos ou até hedonísticos, tão puramente concebida como atividade que traz em si a própria finalidade, que, frente à “felicidade” ou ao “proveito” do indivíduo, parece ser algo totalmente transcendente e absolutamente irracional” (WEBER, (1996).

Cobiça-se enriquecer, deseja-se ter dinheiro como se fosse algo natural e uma destinação. O dinheiro então encarna a avidez por todas as delícias e satisfações pessoais. A vontade de enriquecimento pode levar ao paradoxo da avareza. Esse tirânico sentimento tem o dinheiro como o mais precioso e sacralizado bem deste mundo, ainda que não se possa com seu uso gozar as alegrias da vida. Molière³, por meio do personagem La Flèche, descreve com maestria o avaro Sr. Harpagon: “o sr. Harpagon é de todos os humanos, o humano menos humano; de todos os mortais, o mortal mais duro. (...) ama o dinheiro mais do que a honra, a reputação e a virtude”. O perfeito desenvolvimento do valor de troca, e da sua correspondente organização social, generaliza a figura do avaro, tornando-se personagem principal da sociedade atual e não só de encenações teatrais. Mas a atualização do avaro ganha roupagem nova com a perfeita coincidência entre dinheiro-honra-reputação-virtude-beleza.

O culto ao dinheiro no capitalismo criaria um rei Midas diferente, pois onde toca vira um metal que não o ouro, mas o ferro, como grilhões ou correntes que escravizam tanto os que possuem a riqueza como os que detêm a carência e a falta, uns pela sede de riqueza e a maioria pela fome de tudo; “pobre daqueles que precisam de dinheiro”, diria novamente La Flèche.

O dinheiro possui, também, uma força desbravadora. Conduziu o descobrimento de novas terras, a formação de novos Estados, induziu novas necessidades e o seu caráter universal comprovou-se quando se estendeu a dimensões de troca planetária. Hoje, a Terra lhe conhece e parece que não vive sem ele, mesmo que seja por meio de diferentes signos ou moedas com traços territoriais ou nacionais. O mercado internacional atualiza o caráter universal do dinheiro por meio da dominação exercida pelo veloz sistema financeiro mundial, que dirige e reproduz

³ “O Avaro” é um clássico do teatro, escrito no século XVII, obra da maturidade de Jean-Baptiste Poquelin, também conhecido como Molière.

o explorador modo de produção capitalista como uma moeda hegemônica que realiza diferentes funções. Investimentos do capital, especulações, operações financeiras, manobras bolsistas, compra e venda de mercadoria podem ser atividades realizadas com dinheiro, ainda que virtual. O dinheiro é o árbitro imperial, segundo os autores Hardt e Negri,

é o segundo meio global de controle absoluto. A construção do mercado mundial consistiu, acima de tudo, na desconstrução monetária dos mercados nacionais e/ou regionais de regulamentação monetária e na subordinação desses mercados às necessidades das potências financeiras (HARDT; NEGRI, 2001, p. 367).

Nessa relação, os governantes dos países subordinados têm pouca ou quase nenhum domínio de regulação das economias locais face aos poderes do sistema financeiro mundial.

Difícil é saber se o que se vive é um mercado mundial ou o mundo-mercado. O que há são trocas internacionalizadas com moedas, hierarquicamente estabelecidas por relações econômicas que balizam poderes maiores ou menores, às vezes anulados, de diferentes regiões. O alto desenvolvimento do mercado chega a ditar as regras da própria produção, definindo e criando necessidades do que deve ou não ser produzido, e como isto deve ser feito.

Não se trata de se chegar a uma conclusão

Atualmente, a autonomização do dinheiro – em sua unidade negativa – faz o mercado ter reações “psicológicas”: fica nervoso, acalma-se, seu humor flutua como se fosse um ente absoluto e temperamental. E essa torta “humanização” do mercado contamina, também, a venda de seus produtos. Vendem-se coisas ou objetos como se, ao comprá-los, fossem adquiridos, também, sentimentos humanos como a liberdade, a felicidade – isso para

ficar nos fundamentais. Humaniza-se a compra, subjetiviza-se mais ainda o dinheiro, reforçando o seu aspecto de modulador da dominação capitalista.

Pode-se dizer que o nervosismo do mercado não é à toa, nele praticam-se transações especulativas referentes a muitas somas do produto de todo o globo e sua taxaçoão por meio de impostos poderia resolver alguns dos problemas sociais enfrentados hoje, mesmo sabendo que a economia mundial não tem como vocação ser benéfica.

Altas somas de dinheiro são movimentadas e não retornam em massa para a esfera da produção levando o capitalismo ao seu limite, absolutizando a reificação do dinheiro e sua pareença com o capital. Nesse processo, o dinheiro seria responsável pela grande metamorfose moderna na qual os homens, ao invés de se verem transformados no inseto do célebre romance kafkiano, seriam reduzidos a um valor (na forma de papel moeda, ou quem sabe cartões de crédito, ou ainda convertidos em códigos de barra), para alguém de suas qualidades morais, sociais, éticas, enfim humanas.

Em um fragmento intitulado “O Capitalismo como Religião”, Walter Benjamin (apud LÖWY, 2005) afirma de forma taxativa que é preciso ver no capitalismo uma religião que traz, no culto e na adoração ao dinheiro, semelhanças com as imagens de santos. Nesse processo, o dinheiro é Deus, o que ganha a vida, a quem se dá a vida, absorvendo em si um inflacionado poder de produzir-se a si mesmo – desvinculando-se de sua peculiaridade histórica – e promovendo “sentido” à vida de cada um, constituindo-se a riqueza. Seguindo com Walter Benjamin, esse elemento cultural não cessa, isto é, não possui um calendário com dias próprios para sua manifestação sagrada, mas uma agenda interminável, permanente e sem intervalos para render-lhe graças. O que faz lembrar aquela passagem bíblica que diz que *aquela que perseverar até o final será salvo*, a persistência resultaria em ganhos.

Outra característica do capitalismo como religião é a culpabilização. Walter Benjamin alerta para a ambigüidade dessa palavra. Em alemão, *schuld* é *dívida*, mas também *culpa*. Dessa forma, os pobres seriam indignos dessa graça divina – o dinheiro – e, assim, excluídos socialmente, seriam ao mesmo tempo culpados. No lugar da esperança pela salvação, está o desespero por salvar-se. Aos sem dinheiro resta a culpa por existir.

Por mais sofisticadas que se mostrem as análises sobre a pobreza, dentre os fatores determinantes, os cálculos matemáticos continuam a predominar na aferição e definição desse fenômeno funcional à ordem capitalista. Quer dizer, o vetor predominante na classificação do pobre é o dinheiro, ele opera como modulação arbitrária de padrão de inclusão nas políticas de assistência social, exerce o poder de classificação e perpetuação de lugares sociais e ainda exerce a função de matricular e demarcar quais devem ser as necessidades, os modos de vida e de existência da população pobre.

São muitos os exemplos de programas sociais nos quais a renda apresenta-se como critério máximo de seletividade e, ainda que esteja presente junto com outros elementos, ela ocupa lugar de relevância nos processos de inclusão-exclusão em políticas e programas sociais. O dinheiro, nesses casos, funciona não apenas como determinante ao acesso, mas também modulador existencial, isto é, a forma de viver está condicionada ao que é possível ser feito com o “benefício” (o dinheiro) recebido. Todo esse complexo mecanismo confina os pobres na manutenção de seus modos de existência e na sua própria condição. Mais uma vez verifica-se a violência do capitalismo, pois “o que há de perigoso na violência é sua racionalidade. A violência é nela mesma terrível (...). Entre a violência e racionalidade, não há incompatibilidade” (FOUCAULT, 1994, DE IV, p. 38-39)⁴. Nessa perspectiva, outra abordagem que

⁴ Essa analítica foucaultiana é evocada a partir dos procedimentos de racionalização da gestão do indivíduo, por diversos tipos de instituições (asilos, prisões).

apresenta a radicalidade da função do dinheiro, nos tempos atuais, é a análise deleuziana do dinheiro como linguagem numérica do controle, realizada por cifras e senhas que incluem-excluem populações inteiras (cf. DELEUZE, 2000).

Nesse sentido, a utilização do dinheiro como dispositivo de controle, presente no ordenamento da população pobre, pode ser tensionada à medida que a análise e o entendimento dessa imbricada e interna relação permita revelar seus nexos – perceber suas ambigüidades, e como essa relação naturaliza-se no presente – para desmistificá-la. Pois no capitalismo, mais do que nunca, o vínculo social entre as pessoas e até mesmo a sua capacidade pessoal encontram-se reificados no dinheiro e, sobretudo, vê-se de forma emblemática a relação impetrada na transformação das pessoas à condição de coisa.

Submetido em 30 de outubro de 2009 e aceito para publicação em 30 de março de 2010

Referências

BENJAMIM, W. O capitalismo como religião. In: LÖWY, M. O capitalismo como religião. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 18 set. 2005. Caderno Mais.

DELEUZE, G. *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2000.

FOUCAULT, M. Foucault étudie la raison d'État. In: _____ *Dits et écrits IV*. Paris: Gallimard, 1994.

HARDT, M.; NEGRI, A. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001. p. 37-41.

LÖWY, M. *O Capitalismo como religião*. Folha de São Paulo, São Paulo, 18 set. 2005. Caderno Mais.

FOUCAULT, M. Foucault étudie la raison d'État. In: *Dits et écrits IV*. Paris: Gallimard, 1994.

HARDT, M.; NEGRI, A. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001. p. 37-41.

JINKINGS, I. PESCHANSKI, J.A. (orgs.). *As Utopias de Michael Lowy: reflexões sobre um marxista insubordinado*. São Paulo: Editora Boitempo, 2007.

MARX, K. *Elementos fundamentais para la critica de la economia política: borrador 1857-1858= Grundrisse*. 16. ed. México: Siglo Veinteuno, 1989.

MOLIÈRE, J-B. *O Avarento*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

WEBER, M (1996). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira. (Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais).